



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO 209/2025

EMENTA: PARECER JURÍDICO. DISPENSA DE CHAMAMENTO. LEI 13.019/2014. PLANO DE TRABALHO. COMISSÕES. PARCERIA. TERMO DE COLABORAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL. VIABILIDADE DO TERMO DE COLABORAÇÃO POR DISPENSA.

Assunto: emissão de parecer jurídico licitatório nos termos da lei 13.019/2014

RELATÓRIO

Trata-se de questionamento advindo do setor de questionamento sobre a possibilidade de pactuação de termo de colaboração entre a Prefeitura Municipal de Itanhandu e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, por meio do memorando DCON 83/2025, sob a égide da Lei 13.019/2014.

Nessa perspectiva, encontra-se no bojo do processo as especificações e condições as quais trazem o esboço da necessidade da administração.

É o relatório. Passo a opinar.

I – DA ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e que, em face do que dispõe a Lei nº 13.019/2014, incumbe à Procuradoria Municipal prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticado no âmbito da administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

O Termo de Colaboração, conforme preconiza a Lei 13.019/2014 é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Ainda com relação ao Termo de Colaboração, o art. 16 da referida Lei assim dispõe:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Dito isso, o art. 35 da Lei 13.019/2014 trás as seguintes providências que devem ser tomadas pela Administração Pública, vejamos o texto da lei:

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei; (grifo nosso)

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) (Revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

g) da designação do gestor da parceria;

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

i) (Revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Dessa forma, a lei prevê a possibilidade de dispensa em conformidade com art. 30, VI, da Lei 13.019/2014, que assim dispõem:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Conforme se verifica, *a priori*, a dispensa baseada nos documentos apresentados demonstram atender os requisitos da Lei. O propósito do Termo de Colaboração com a APAE de Itanhandu-MG é promover a autonomia, inclusão e qualidade de vida de pessoas com deficiência, oferecendo espaço de convivência, cuidado integral, fortalecendo vínculos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

prevenindo o isolamento, combatendo o preconceito e capacitando famílias, através de atividades, acompanhamento especializado e acesso a direitos, garantindo o protagonismo desses indivíduos e o apoio aos seus cuidadores, dentro das diretrizes do SUAS.

Ademais, encontra-se presente a indicação da dotação orçamentária para a execução da parceria as propostas apresentada com o Plano de Trabalho aprovado, a comprovação da finalidade institucional e capacidade técnica adequada compatível com o objeto e o parecer do órgão técnico da administração nos termos do inciso V, art.35.

Ademais, as organizações da sociedade civil deverão apresentar o rol disposto no art. 34, vejamos:

Art. 34. Para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

III - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII - (revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) Parágrafo único. (VETADO);

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO).

Foram apresentadas também: a regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e dívida ativa; contrato social com últimas alterações; documentação dos dirigentes e comprovante de que a organização de fato funciona no endereço por ela declarado.

Na situação em que o Município não dispõe de condições para oferecer diretamente os serviços relacionados no Plano de Trabalho, e que nesse caso, havendo interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria para a consecução do objeto.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Como preceitua o inciso VI do artigo 30 da Lei 13.019 de 31/07/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, a formalização do instrumento de parceria pode ser realizada por dispensa de Chamamento Público.

É o fundamento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, a partir das informações constantes no processo, conclui-se pela viabilidade da formalização do presente Termo de Colaboração conforme fundamentos expostos.

S.M.J.

À consideração superior.

Itanhandu, 17 de dezembro de 2025.

Maurício Ordine Neto
Procurador Geral do Município
OAB/MG 177.837
Matrícula 0998-3